

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.564.699 - MS (2019/0240759-2)

RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
AGRAVADO : SYLVIO PIO VALLADÃO FLORES JÚNIOR
ADVOGADO : SERGIO PAULO GROTTI - MS004412

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto pelo Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul contra decisão que inadmitiu recurso especial ante a razoabilidade da decisão tomada em segunda instância.

Impugnada especificamente a decisão, conheço do agravo e passo à análise do recurso especial.

O apelo nobre foi manejado com base na alínea "a" do permissivo constitucional contra acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL – TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA – CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO PELO APELADO – ISOLAMENTO DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE QUE IMPEDE O ACESSO DE GADO – SENTENÇA PROFERIDA NOS AUTOS DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO MANTIDA – PREQUESTIONAMENTO - RECURSO CONHECIDO E CONTRA O PARECER, DESPROVIDO.

Razoável a extinção da ação executória, pois demonstrado o cumprimento da obrigação imposta na Cláusula Primeira do Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre as partes, com o devido isolamento da área de preservação permanente, impedindo o acesso de bovino.

A multa estabelecida tem por finalidade, tão somente, coagir o destinatário da medida a cumprir o que ficou acordado nos seus exatos termos, não sendo exigível quando já houve o cumprimento efetivo da obrigação mencionada como causa de pedir da execução.

O agravante aduz violação do art. 61-A, § 7º, II, da Lei n. 12.651/2012.

Decido.

Com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, *d*, do RISTJ, conheço do agravo para determinar sua autuação como recurso especial, para melhor análise da questão suscitada, sem prejuízo de novo exame acerca do cabimento do apelo

Superior Tribunal de Justiça

nobre, a ser realizado no momento processual oportuno.

Publique-se. Intimem-se.

Após o trânsito, enviem-se os autos ao Ministério Público Federal para oferecimento de parecer.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator